

Um preço alto para sair da crise

Apesar do feriado dia 2, quinta-feira, que serviu para paralisar quase que completamente as atividades aqui na Capital Federal, no entanto, para aqueles que não viajaram e para o resto do país, o clima continua de apreensão à espera do novo pacote que o governo promete para sair da crise.

Ora, não resta dúvida que, como diz o nosso coleguinha aqui da casa, Andrei Meireles, o governo entrou em um parafuso. Não está nada fácil para o governo executar o acordo político com o PTB e ao mesmo tempo conciliar a aplicação das exigências do FMI.

A dívida externa que já ultrapassou a casa dos 100 bilhões de dólares; os novos empréstimos para o pagamento de juros da dívida não estão sendo liberados porque os números do governo não batem com os números do FMI, devido principalmente, aos déficits público e das estatais; o aumento de 130% nas prestações do BNH que está levando ao desespero os 4 milhões de mutuários; a inflação acima de 100% sem que os reajustes de vencimentos e salários sirvam pelo menos com a reposição pelas perdas devido a inflação; em plena recessão econômica, sem que se encontre uma saída imediata para o desemprego, o governo procura traçar novos planos já batizados como pacotes.

O que é mais grave é que a área econômica, acostumada a ditar as regras sem que ninguém a contrariasse, neste momento, além de já não contar com a credibilidade pública de suas medidas, ainda por cima terá que enfrentar, também, a resistência política dentro do próprio governo.

A cada desmentido de uma notícia, se sabe hoje, que logo depois ela será confirmada. O governo nega a moratória, porém o país não tem como pagar a dívida. A solução está na negociação do adiamento do pagamento da dívida e, ao mesmo tempo, renegociar o juro da dívida cuja pressão e consequências nenhum país soberano pode aceitar.

As exigências do Fundo Monetário Internacional (FMI) e dos banqueiros internacionais terão que ser rejeitadas pelo governo em nome de nossa própria soberania.

As críticas feitas à área econômica do governo não são apenas da oposição, dos trabalhadores e dos servidores públicos, mas também do empresariado e da área política do PDS, a começar pelo líder Nelson Marchezan. Todos entendem que o governo terá

que mudar seu modelo econômico. A Nação não suporta mais sacrifícios e exige uma política voltada para os inúmeros problemas que afigem o nosso povo.

O presidente Figueiredo não poderá prosseguir em seu projeto de abertura política separado da construção de uma democracia social, e esta democracia social, para que se realize, é necessária a incorporação da sociedade como um todo.

As manifestações de diversas bancadas estaduais do PDS no Congresso Nacional exigindo maior participação política e, vendo o acordo partidário como uma oportunidade de participação efetiva no governo, apoiando o trabalho político de Marchezan e do ministro Leitão de Abreu, contra as resistências do grupo de Delfim, não pode deixar de ser visto por Figueiredo como um elemento novo no processo político.

O silêncio dos nove governadores nordestinos na reunião da Sudene, exigindo que aquela região deixe de ser tratada como o primo pobre e o parente indesejável, é mais uma comprovação de que o governo terá que proceder uma reavaliação de seus quadros políticos.

As manifestações de candidatos a candidatos, antes mesmo da iniciativa do governo sobre o processo sucessório, está a exigir um maior comando político.

O presidente da República a cada dia que passa é surpreendido pela ação política dentro de suas próprias fileiras com os chamados presidenciáveis, desenvolvendo toda uma articulação para conseguir o apoio dos convencionais. E, todos sabem que isto significa compromissos que terão que ser negociados e posteriormente cumpridos.

Há ainda a considerar que, momentaneamente, a oposição ainda não soube o que fazer com sua vitória em dez estados da Federação mas, este imobilismo, dentro em breve transformar-se-á em ação política. Disto ninguém duvide. E mesmo o acordo inter-partidário entre o PDS e o PTB poderão ter surpresas no Congresso Nacional. A partir do momento em que o PMDB, PDT e o PT agirem conjuntamente no Congresso, o governo terá de usar de toda a sua força para manter a iniciativa no Parlamento, a começar com os descontentes de suas fileiras.

Enfim, o quadro mudou e o governo também terá que mudar.